



**EXAME**  
**COLÉGIO DE ESPECIALIDADE DE CONTABILIDADE**  
**PÚBLICA**

---

**Nota: A prova é constituída por três partes.**

**PARTE I (4X1,5=6 VALORES)**

1. No POCP as contas previstas para as fases da despesa são mais desenvolvidas do que da receita. Porquê?
2. Compare gasto e despesa corrente.
3. Certas entidades públicas dispõem de ativos imobilizados que não são depreciáveis e cuja informação do respetivo custo não está disponível? Qual a forma de sanar esta insuficiência de informação?
4. Quais são as consequências para o relato orçamental das reposições abatidas aos pagamentos?

**PARTE II (6 VALORES)**

1. Identifique a principal diferença entre o perímetro de consolidação da Lei n.º 73/2013 de 3/09 e o previsto na Portaria n.º 474/2010 de 1/07. **(1 valor)**
2. Em “N” o grupo municipal relativo ao Município Z incluía as seguintes entidades:
  - a. SMAS – Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento;
  - b. Empresa Local Lazer, Lda., E.M – detida a 70% pelo Município Z;
  - c. Fundação da Região – em que o Município Z tem o poder de designar e destituir a direção.



Com base no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, na legislação e orientações aplicáveis à consolidação de contas, responda à questão seguinte:

Quais as entidades que integram o perímetro de consolidação e quais os métodos de consolidação aplicáveis a cada uma das situações. Justifique. **(2 valores)**

3. A Universidade X detém uma participação social na empresa Investigação, S.A. de 80%, a qual é sujeita a IRC à taxa de 21%.

Esta empresa nas contas de 2015 apresentava excedente de revalorização de 800 mil euros e impostos diferidos associados.

A Universidade X apresenta contas consolidadas.

Indique quais os ajustamentos de consolidação que teria de efetuar e justifique. **(1,5 valores)**

4. Na fase de elaboração do Orçamento para o ano “N”, relativo ao Município ABC, conhecem-se os seguintes valores estimados:

Receita Corrente . . . . .	1.5625.000
Despesa Corrente . . . . .	11.437.500
Amortizações Efetivas de Empréstimos . .	6.687.500
Amortizações Médias de Empréstimos . .	6.162.500

Qual o valor máximo que a Despesa Corrente pode assumir no Orçamento para o ano “n”? Justifique com base no normativo legal, identificando o princípio orçamental subjacente. **(1,5 valores)**



**PARTE III (8 VALORES)**

A seguir apresenta-se 8 dos indicadores utilizados para avaliação do ranking global da situação financeira dos Municípios (fonte: Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses e Portal de Transparência Municipal):

INDICADOR / RÁCIO	FÓRMULA
Índice Liquidez	$\frac{\text{Dívidas a receber cp} + \text{Disponibilidades}}{\text{Dívidas a pagar cp}}$
Autonomia Financeira	$\frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Ativo líquido}}$
Grau de execução da receita cobrada	$\frac{\text{Receita cobrada líquida (s/ saldo gerência anterior)}}{\text{Receita Prevista (s/ saldo gerência anterior)}}$
Prazo Médio de Pagamentos	$PMP = \frac{\sum_{t=3}^t DF}{\sum_{t=3}^t A} \times 365$
Índice de Dívida Total	$\frac{\text{Dívida Total (passivo exigível - operações de tesouraria)}}{\text{Média das receitas correntes 3 anos anteriores}}$
Grau de Endividamento	$\frac{\text{Dívida Total}}{\text{Receita Total Efetiva}}$
Grau de Independência Financeira	$\frac{\text{Receitas próprias}}{\text{Receita Total Efetiva}}$
Grau de execução da despesa relativamente aos compromissos assumidos	$\frac{\text{Despesas pagas}}{\text{Despesas comprometidas}}$

**PEDIDOS:**

1. Determine o que se pretende medir com cada indicador. Comente e justifique. **(1 valor cada indicador)**